



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

15/02/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Governo Lula decide conceder reajuste adicional no salário mínimo a partir de maio

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu conceder um reajuste adicional no salário mínimo em 2023. Com isso, o piso nacional deve ser elevado dos atuais R\$ 1.302 para R\$ 1.320 a partir de 1º de maio —data simbólica por ser Dia do Trabalho.

A possibilidade de um aumento extra no salário mínimo já vinha sendo admitida por integrantes do Ministério da Fazenda nas últimas semanas. Nesta terça-feira (14), o ministro Fernando Haddad foi questionado por jornalistas sobre o novo reajuste, mas disse apenas que "o presidente vai anunciar".

Segundo interlocutores ouvidos pela Folha, o novo valor já está alinhado entre Lula e ministros do governo.

O aumento extra estava em discussão desde o período da transição, já que a equipe de Lula queria imprimir sua marca no início do primeiro ano do mandato e conceder um reajuste maior do que o originalmente proposto pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Foi inclusive Bolsonaro quem assinou a MP (medida provisória) que fixou o valor atual do salário mínimo, de R\$ 1.302, que acabou tendo um reajuste real de 1,4% devido à inflação menor que a projetada inicialmente em 2022.

A equipe de Haddad preferia manter o salário mínimo inalterado em 2023, para evitar maior impacto sobre as contas no momento em que busca melhorar a situação fiscal do país. O principal argumento dessa ala é que o valor, em vigor desde 1º de janeiro, já representa um aumento real em relação ao ano passado.

Já os defensores do novo reajuste consideram que a medida é um cartão de visitas importante do presidente para sua base eleitoral, dado que o salário mínimo foi um tema bastante explorado durante a campanha. Lula promete retomar a política de valorização adotada em governos do PT, com reajustes acima da inflação.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 15 de fevereiro.

Marinho quer apresentar propostas de revisão na reforma trabalhista até julho

Após reunião nesta segunda-feira (13) com empresários na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse em entrevista coletiva que está criando um grupo técnico que começará a trabalhar "em breve" para elaborar propostas de revisão na reforma trabalhista aprovada em 2017. Segundo ele, o objetivo não será revogar a reforma, mas rever pontos que serão discutidos em conjunto com representantes de empregadores e trabalhadores.

Marinho despistou a sobre de quais pontos da reforma da gestão Temer pretende propor revisão, mas informou que a meta é promover o debate técnico entre os representantes dos dois lados e apresentar algo concreto para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no fim deste primeiro semestre. A partir disso, de acordo com o ministro, o presidente é quem vai definir quando a pauta será apresentada ao Congresso.

"Não somos o governo do 'canetaço'. É um governo de diálogo e construção que vai agir mais como um intermediador das relações capital e trabalho do que propriamente ditar. Mas, evidentemente, se há conflito, o governo é o árbitro", disse Marinho em resposta à pergunta do Valor. O ministro comentou que a valorização de negociações coletivas deve fazer parte dessa discussão, assim como a preocupação com a grande rotatividade de trabalhadores nas empresas.

"Pretendemos, é o meu desejo, oferecer algo ao Parlamento no primeiro semestre, depois de passar pelo presidente, evidentemente", comentou, ressaltando que a ideia é criar um entendimento prévio entre empregadores e trabalhadores sobre os pontos mais polêmicos da atual legislação trabalhista para gerar um ambiente de convencimento entre os parlamentares. "Tudo tem que estar muito ligado a sensibilidade do Parlamento, que é quem dará a palavra final sobre qualquer mudança."

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 15 de fevereiro.

Declaração do Imposto de Renda de 2023 será enviada de 15 de março a 31 de maio

A Receita Federal alterou o prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda 2023. A partir deste ano, os contribuintes terão prazo maior, de 15 de março a 31 de maio. Em geral, a entrega do imposto começava no primeiro útil do mês de março e seguia até o final de abril.

Na pandemia, o prazo também havia sido estendido por três anos seguidos, em 2020, 2021 e 2022. Segundo o fisco, no entanto, a alteração que passa a valer a partir de agora tem como objetivo permitir que, desde o início do prazo de entrega, todos os contribuintes possam ter acesso à declaração pré-preenchida do IR.

Como a maioria das informações sobre a renda do contribuinte só chega à Receita no final do fevereiro, prazo que as empresas têm para entregar as declarações de pessoas jurídicas, o prazo maior fará com que a campanha do Imposto de Renda já comece com todas as funcionalidades oferecidas a todos os contribuintes. Em 2022, a liberação foi em partes.

"A [declaração] pré-preenchida proporciona menos erros e maior comodidade ao contribuinte", diz o auditor fiscal José Carlos Fernandes da Fonseca, supervisor nacional do IR.

As regras de preenchimento do documento serão anunciadas pela Receita no final deste mês. No entanto, elas não devem ser muito diferentes das do ano passado, pois estão atreladas à legislação própria do sobre o tema.

Embora o Congresso deva debater em breve uma proposta de reforma tributária que inclua o Imposto de Renda, as mudanças não devem valer para a declaração deste ano, que tem como base o ano de 2022.

A tabela de descontos do não foi atualizada pelo governo no ano passado. Com isso, deverão ser obrigados a declarar o IR em 2023 os contribuintes que receberam rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2022, o que inclui salário e aposentadoria, por exemplo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 15 de fevereiro.

Lula assina MP do novo Minha Casa, Minha Vida para famílias com renda de até R\$ 8.000

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou a Medida Provisória que cria o novo Minha Casa, Minha Vida. A meta, segundo o ministro das Cidades, Jader Filho é gerar um milhão de empregos diretos e indiretos.

O programa foi lançado nesta terça-feira (14) em evento na cidade de Santo Amaro (80 km de Salvador), onde o presidente inaugurou dois residenciais que estavam com obras paralisadas desde 2016.

O presidente anunciou como meta a contratação de dois milhões de imóveis no Minha Casa, Minha Vida até o final de seu governo, em 2026, e disse que o relançamento do programa fará com que "a roda-gigante do país" comece a girar.

"A roda gigante desse país começa a girar a partir de hoje. Eu vim entregar a chave de uma casa de uma mulher que quase não consegue pegar a chave de tanta emoção porque a casa dela era mobiliada. Eu vim aqui começar a provar que é possível a gente reconstruir um outro país", afirmou.

Nesta terça-feira, o presidente fez uma entrega simultânea de 2.745 unidades habitacionais nos estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Paraná em um investimento de R\$ 206,9 milhões.

Em Santo Amaro, foram 684 entregues unidades em dois conjuntos habitacionais.

O relançamento do programa teve como principal novidade a retomada da faixa 1 do programa, destinada a famílias com baixa renda, extinta pela gestão Bolsonaro.

Esta faixa será voltada para famílias com renda bruta mensal de até R\$ 2.640, valor equivalente a dois salários mínimos, já considerando o piso nacional previsto para maio, de R\$ 1.320. No governo Bolsonaro, esse valor de referência passou a R\$ 2.000 e depois para R\$ 2.400, mas as contratações de novas moradias travaram para esse público. As entregas se concentraram nos financiamentos, uma vez que cortes do Orçamento limitaram a retomada de obras ou contratação de novas unidades.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 15 de fevereiro.